

Juvêncio Fonseca compara ^{Senado} Conselho de Ética a tribunal

Hudson Corrêa
de Campo Grande

O novo presidente do Conselho de Ética do Senado Federal, o senador Juvêncio César da Fonseca (PMDB/MS), compara o órgão a que preside a um tribunal e avisa que atuação não ficará limitada ao processo contra Jarder Barbalho (PMDB/PA). "No momento em que estamos vivendo no Brasil se procura levantar o véu das corrupções, das irregularidades administrativas, da má conduta em todos os sentidos. O Conselho de Ética virou o foco de todos os olhos brasileiros", afirmou.

Prefeito de Campo Grande por duas vezes e eleito senador em 1998, com 384.264 votos (51,61%), o advogado Juvêncio Fonseca ocupa a vaga deixada justamente pelo seu colega Ramez Tebet, que virou ministro da Integração Nacional, há três meses, e ontem foi eleito presidente do Senado, com a renúncia de Barbalho. Ambos são do PMDB e de Mato Grosso do Sul. Junto os dois dão força política ao Estado, que tem uma bancada de apenas oito deputados federais.

Para Fonseca, o Conselho será como um tribunal, "um dos mais importantes do País", que deverá dar justificativas a popu-

lação. O senador lembra, porém, que o processo deve ser transparente. "Que possa não só assegurar o contraditório, ou seja, acusação e defesa, mas assegurar principalmente ampla defesa", ressaltou.

O senador preferiu não fazer comentários sobre em que direção caminha o processo contra o senador Jarder Barbalho, também do PMDB, cuja renúncia à presidência do Senado não altera a ação do Conselho. "Não significa que estanque o processo administrativo. Agora se ele renunciar ao mandato, aí sim fica sem objeto o processo". Fora dessa análise, Fonseca não se arrisca.

"Como presidente do Conselho de Ética, eu não quero pré julgar. Também porque o Código de Processo Civil diz o seguinte: o juiz ou condutor do processo que fizer pré julgamento, ele se torna suspeito. E pode inclusive ser afastado do processo", explica levando em conta sua profissão de advogado. O conselho deve acelerar mais ainda os trabalhos no caso Barbalho. "Isso para que represente, na verdade, a vontade da população no que diz respeito à aplicação das penas no Senado Federal", diz.